

A NOVA PLATAFORMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL: PRIMEIROS RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A SÉRIE HISTÓRICA DA PNAD (2011-2015) E DESAGREGAÇÕES POR SEXO, COR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS



A NOVA PLATAFORMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL: PRIMEIROS RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A SÉRIE HISTÓRICA DA PNAD (2011-2015) E DESAGREGAÇÕES POR SEXO, COR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS

Relatório Institucional



Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea

**Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

A NOVA PLATAFORMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL: PRIMEIROS RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A SÉRIE HISTÓRICA DA PNAD (2011-2015) E DESAGREGAÇÕES POR SEXO, COR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS



Rio de Janeiro, 2018

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A NOVA PLATAFORMA IVS	9
3 O IVS NO BRASIL: RESULTADOS DE 2011 A 2015.....	15
4 O IVS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS	17
5 O IVS NAS RMs	19
6 O IVS DESAGREGADO POR COR, SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO BRASIL E MACRORREGIÕES.....	21
7 CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS	28
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	29

A NOVA PLATAFORMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL: PRIMEIROS RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A SÉRIE HISTÓRICA DA PNAD (2011-2015) E DESAGREGAÇÕES POR SEXO, COR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS¹

Bárbara Oliveira Marguti²
Carlos Vinícius da Silva Pinto³
Betty Nogueira Rocha⁴
Marco Aurélio Costa⁵
Rodrigo Luis Comini Curi⁶

1 INTRODUÇÃO

O Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) é uma plataforma digital de acesso a indicadores relacionados à vulnerabilidade e à exclusão sociais, permitindo a consulta ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para distintos recortes territoriais brasileiros: 5.565 municípios, 27 Unidades da Federação (UFs), 20 regiões metropolitanas (RMs), suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) e para o agregado do país.

Inicialmente, tomando como referência os resultados dos censos demográficos decenais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2000 e 2010, buscou-se traduzir em um indicador sintético a ausência ou insuficiência de recursos essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida da população, conformando situações de vulnerabilidade social, dando origem ao IVS. A metodologia de sua construção observou o mesmo processo de apuração de indicadores realizado no âmbito do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborados da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP), com o propósito de fornecer subsídios para análises, reflexões e proposições de políticas públicas para superação das desigualdades às quais está submetida parcela significativa da população brasileira.

A vulnerabilidade social expressa no IVS decorre da seleção de dezesseis indicadores da plataforma ADH e está organizada em três dimensões: *i*) infraestrutura urbana; *ii*) capital humano; e *iii*) renda e trabalho (quadro 1). Quanto mais alto o IVS de um território, maior é sua vulnerabilidade social e, portanto, maior a precariedade das condições de vida de sua população. Assim, na régua do IVS, inversamente ao que se observa no IDHM, quanto mais próximo de um está o índice, piores são as condições de vida da população daquele território, ao passo que valores próximos a zero denotam baixa ou inexistente vulnerabilidade social.

1. Os autores agradecem os comentários e a revisão crítica de Rosa Moura pelo parecer realizado.

2. Coordenadora técnica dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

3. Pesquisador dos projetos Atlas do Desenvolvimento Social no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

4. Pesquisadora dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras; e professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

5. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), na área de políticas públicas e desenvolvimento territorial, e dos projetos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

6. Pesquisador dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

QUADRO 1
Indicadores que compõem as três dimensões do IVS

IVS	
IVS infraestrutura urbana	Porcentagem de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.
	Porcentagem da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.
	Porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.
IVS capital humano	Mortalidade até um ano de idade.
	Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola.
	Porcentagem de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.
	Porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos.
	Porcentagem de mães chefes de família sem o ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mulheres chefes de família.
	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade.
	Porcentagem de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.
IVS renda e trabalho	Porcentagem de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário-mínimo (de 2010), na população total dessa faixa etária.
	Proporção de pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário-mínimo (2010).
	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade.
	Porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.
	Porcentagem de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo (de 2010) e dependentes de idosos.
	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.

Fonte: Ipea (2015a; 2015b).

Os dados disponíveis na nova versão da plataforma IVS, cujo lançamento foi em agosto de 2017, mantêm os indicadores produzidos para 2000 e 2010 e apresentam duas inovações: a primeira é o cálculo dos indicadores, dimensões e índices, tomando por referência os dados brutos produzidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) de 2011 a 2015. A segunda é a possibilidade de consulta ao mesmo conjunto de dados em sua versão desagregada por sexo (mulher/homem), cor (negro/branco) e situação de domicílio (rural/urbano). As funcionalidades de consulta desses dados servirão de subsídio para consultas em tela, consultas cartográficas e *download* dos dados e das bases completas, possibilitando a elaboração de estudos, diagnósticos, políticas públicas, programas e ações que possibilitem o enfrentamento das flagrantes desigualdades sociais de distintos estratos da população.

Ainda que avanços significativos nos indicadores de desenvolvimento humano tenham sido observados na comparação entre os resultados dos anos 2000 e 2010, nota-se que os mecanismos de reprodução das desigualdades no Brasil são mais complexos e não são de simples superação, uma vez que estão associados a questões históricas, sociais, culturais e políticas da formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, um dos aspectos centrais na agenda de desenvolvimento brasileiro é o enfrentamento da assimetria de oportunidades expressas nas trajetórias de vida de mulheres e homens, negras(os) e brancas(os), residentes no campo ou na cidade. Evidentemente, o enfrentamento de tais fenômenos esbarra, na maioria das vezes, na escassez de dados e de informações, e em limitações metodológicas para a produção destes, tornando ainda mais desafiadora a tarefa de conformação de uma agenda voltada à superação dessas desigualdades.

O objetivo desta nova versão da plataforma IVS vai além de reformulação gráfica e visual das informações disponibilizadas *on-line*. A nova estrutura e os novos recortes feitos

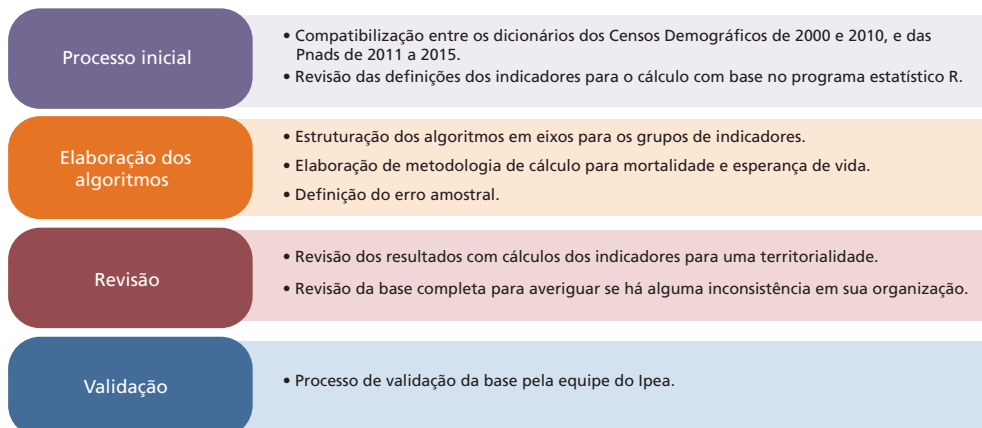
a partir das desagregações dos dados buscam dar visibilidade aos indicadores e índices que evidenciam as diversas nuances das vulnerabilidades e desigualdades a fim de subsidiar estudos, diagnósticos e concepções de políticas públicas, programas e ações comprometidas com a geração e manutenção de oportunidades equitativas para as pessoas. Isso ocorre devido à observação feita sobre as persistentes diferenças de gênero, raça e situação de domicílio, reconhecendo e valorizando os modos de vida das populações do campo e da cidade.

2 A NOVA PLATAFORMA IVS

2.1 A série histórica da Pnad (2011-2015)

O processo de construção da nova versão da plataforma IVS envolveu distintas etapas (figura 1) e inúmeros ajustes metodológicos devido à complexidade das bases utilizadas e particularidades inerentes às desagregações. Os avanços na produção de indicadores, dimensões e índices a partir dos dados brutos das Pnads (2011-2015) exigiu, inicialmente, um esforço de compatibilização e adaptação entre os dicionários de variáveis do censo e da Pnad. Considerando as alterações e diferenças metodológicas, tanto no que se refere à abrangência, quanto ao formato de captação, a compatibilização de variáveis teve o intuito de uniformizar as informações ao longo do tempo para minimizar possíveis incompatibilidades entre as séries das duas pesquisas.

FIGURA 1
Etapas de preparação das bases desagregadas do IVS, Pnad e censos



Fonte: Ipea (2017).

Para cálculo de determinados indicadores foram utilizados filtros em algumas variáveis a fim de manter uniformidade com a metodologia utilizada pelo IBGE.⁷ Entre as opções metodológicas mais gerais, quatro aspectos merecem destaque: *i*) dados demográficos; *ii*) tratamento da renda; *iii*) erro amostral; e *iv*) mortalidade e esperança de vida.

2.1.1 Dados demográficos

Um dos aspectos inovadores da nova plataforma IVS é a consulta de desagregações cruzadas como, por exemplo, a taxa de analfabetismo de mulheres negras em situação de domicílio rural. Devido a essa possibilidade de combinação de dados, não foi possível a utilização do censo universo para o cálculo dos indicadores demográficos, uma vez que, nesta base, o

7. A metodologia está descrita na Nota Técnica do IBGE. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/84.pdf>.

IBGE disponibiliza dados desagregados pré-determinados, não sendo possível buscar novas desagregações. Assim, optou-se pela utilização do censo amostra, tanto para o cálculo dos indicadores demográficos, como para os demais indicadores disponíveis na plataforma. Essa metodologia permite ao usuário consultas e cruzamentos de dados desagregados por cor, sexo e situação de domicílio.

Considerando o fato de o cálculo dos indicadores demográficos disponibilizados no ADH ter sido realizado com base no censo universo, há a possibilidade de uma pequena divergência entre os indicadores demográficos disponíveis na plataforma ADH e na nova plataforma do IVS.⁸ É importante destacar que, tal como observado no ADH, as variáveis demográficas disponíveis por diferentes sistemas de informações para o ano 2000 não disponibilizam desagregação de dados por situação de domicílio, pois ela somente foi disponibilizada no Censo 2010, após alterações no instrumento de coleta de dados.⁹

Para o cálculo das taxas de fecundidade total, a razão de dependência total e o índice de envelhecimento foram utilizados os mesmos parâmetros adotados pelo IBGE. A taxa de fecundidade total foi calculada pela razão entre o total de filhos tidos por mulheres de 15 a 49 anos, nascidos vivos ou mortos, e a população de mulheres nessa faixa etária. A dependência total foi calculada pela razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população em idade potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). E, por fim, o índice de envelhecimento¹⁰ foi dado pela relação existente entre o número de idosos e o de jovens, isto é, relação entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 0 a 14 anos de idade.¹¹

2.1.2 Renda

Ainda que partam da concepção de renda monetária bruta e captem um conjunto semelhante de informações, os dados dos censos e Pnads são apresentados em níveis de desagregação distintos, e as dificuldades de tratamento dos dados relacionados à variável renda ocorrem, reconhecidamente, devido a diferenças conceituais, amostrais e na coleta de dados (Rocha, 2003; Souza, 2013).

A difícil captação em pesquisas domiciliares não se restringe apenas às diversas questões conceituais e amostrais, mas, sobretudo, devido às diferenças relacionadas à coleta e ao tratamento de dados. No que se refere à coleta de dados, faz-se necessário reconhecer as irreversíveis discrepâncias decorrentes da qualidade do processo de captação das informações, ou seja, do treinamento dos entrevistadores, da sua capacidade de sensibilizar o entrevistado em fornecer os dados solicitados, da duração da entrevista etc. Por sua vez, as dificuldades no tratamento de dados resultam da ausência de informações, seja pela não resposta, por dificuldade de estabelecer contato com o informante, ou, ainda, pela ausência de dados de indivíduos que não quiseram ou não souberam responder alguma das perguntas sobre rendimentos.

8. Cabe salientar que o IDHM está disponível na plataforma IVS, porém, seus valores são trazidos da plataforma ADH. Os indicadores de esperança de vida, bem como os de renda *per capita*, foram calculados com diferenças pontuais em relação ao método utilizado para os mesmos indicadores na plataforma ADH, conforme será abordado na sequência. Como esses dois indicadores fazem parte da construção do IDHM, essas diferenças implicariam resultados diferentes para esse índice entre as duas plataformas. Sendo assim, optou-se por trazer para a plataforma IVS os resultados do IDHM, de suas dimensões e subíndices disponíveis na plataforma ADH.

9. Sobre este assunto, ver *Desenvolvimento Humano para Além das Médiadas*. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/20170510_PNUD_ParaAlemdasMedias.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

10. De acordo com Closs e Schwank (2012, p. 443), esse índice “avalia o processo de ampliação do segmento idoso na população total em relação à variação relativa no grupo etário jovem, sendo obtido por meio da razão entre a população idosa e a população jovem” e, desta maneira, possibilita “observar a evolução do ritmo de envelhecimento da população, comparativamente entre áreas geográficas e grupos sociais e pode, assim, subsidiar a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde e de previdência social”.

11. A definição da taxa de dependência total e o índice de envelhecimento foram consultados em IBGE (2010).

Conforme atestam diversos autores (Rocha, 2003; Cortez, Moreira e Fernandes, 2010; Souza, 2013), o levantamento de dados sobre os rendimentos pode ser considerado mais sensível ou até mesmo confidencial e, portanto, mais suscetível à não resposta. Usualmente, esses desvios de caráter não amostral são ajustados e harmonizados utilizando-se técnicas estatísticas que permitem o tratamento de imputação dos rendimentos referente à informação de renda ignorada ou nula.¹²

2.1.3 Erro amostral

As desagregações implicam um recorte menor de pessoas e domicílios amostrados, em comparação com o dado total. A cada cruzamento de desagregações, esse erro amostral torna-se maior, com impacto de confiabilidade inversamente proporcional ao tamanho da população existente no município. Ou seja, municípios menores tendem a ter maior erro amostral de acordo com sua composição demográfica.

Após inúmeros testes com diferentes recortes de erro, em que, quanto menor o erro amostral aceito, maior a quantidade de municípios sem informações, definiu-se por um erro amostral máximo de 17%, considerado o limite para verificação de todos os indicadores para os 5.565 municípios brasileiros. Acima desta margem, alguns municípios não mostrariam desagregações por sexo, isso sem considerar as desagregações por cor e situação de domicílio.

2.1.4 Mortalidade e esperança de vida

Na impossibilidade de replicar a metodologia adotada para os indicadores de esperança de vida e de mortalidade infantil de indivíduos entre 1 e 5 anos de idade, utilizou-se uma estimativa adotando o modelo de regressão linear múltipla.¹³ Com base nos dados disponibilizados pela plataforma ADH, foram elencadas as variáveis para a regressão, a fim de estabelecer a relação entre tais indicadores e estimar a esperança de vida.

2.2 Desagregação do IVS: nota conceitual

A desagregação dos dados dos censos de 2000 e 2010 e da Pnads de 2011 a 2015 por sexo, cor e situação de domicílio colocam em evidência as distintas trajetórias de homens e mulheres, de brancos(as) e negros(as) e de habitantes dos espaços urbanos e rurais. Ao mesmo tempo, algumas dificuldades ou limitações técnicas assumiram centralidade e, por vezes, desafiaram a complexidade envolvida neste processo de desagregação.

Primeiramente, as desigualdades sociais no Brasil revelam relações assimétricas entre homens e mulheres em diversas esferas da vida e colocam em pauta o debate sobre igualdade de gênero. A desagregação do IVS por sexo permite a identificação e avaliação dos distintos graus de vulnerabilidade a que mulheres de diversas faixas etárias e cor são submetidas ao longo de sua trajetória de vida. Todavia, a comparabilidade do IVS para o sexo feminino em relação ao masculino encontra limitações em virtude de o índice utilizar em seu cálculo

12. Os principais métodos de imputação de renda podem ser consultados na *Nota Metodológica Renda* produzida no âmbito do ADH no Brasil através da parceria entre Pnud, Ipea e FJP. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_NotaRenda.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2017.

13. A regressão linear múltipla é uma técnica multivariada utilizada para obter uma relação matemática entre uma das variáveis estudadas (variável dependente ou resposta) e o restante das variáveis que descrevem um determinado sistema (variáveis independentes ou explicativas). A utilização deste método permite reduzir um grande número de variáveis para poucas dimensões com o mínimo de perda de informação e possibilitando detectar padrões de similaridade, associação e correlação entre as variáveis. Disponível em: <http://conteudo.imc.usp.br/CMS/Arquivos/arquivos_enviados/BIBLIOTECA_113_RT_377.pdf>.

dois indicadores relacionados exclusivamente às mulheres, a saber: *i)* porcentagem de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de quinze anos de idade; e *ii)* porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos.

Sendo assim, o IVS não apresenta resultado para homens, uma vez que possui em sua composição indicadores com cortes de população de referência exclusivos à população feminina. Uma vez que esses dois indicadores mencionados compõem a dimensão capital humano, não é possível, pela mesma razão, chegar a valores comparativos para a população masculina. Isso ocorre também para outros indicadores disponibilizados na plataforma relacionados exclusivamente às mulheres. Os demais estão disponíveis tanto para homens quanto para mulheres.

No que se refere à situação de domicílio, em virtude dos conceitos e critérios utilizados pelo IBGE, as limitações do cálculo são insuperáveis. Por um lado, temos os preceitos adotados pela legislação vigente¹⁴ que, *grosso modo*, definem o rural como resquício do urbano. Por outro lado, a relação efetiva de complementaridade e interdependência entre o rural e o urbano, espaços de vida que se sustentam numa relação dialógica, intercambia valores materiais e imateriais, embora com particularidades e descontinuidades que resultam em formas territoriais de vida distintas. A perversidade dessa desagregação é que os dados disponíveis, tanto no censo quanto nas Pnads, seguem a orientação político-administrativa dos municípios que, por sua vez, se limitam aos dispositivos normativos levando, inequivocamente, a distorções da realidade.

Outro fator importante é que alguns indicadores utilizados no cálculo do IVS já são desagregados, como é o caso daqueles que compõem a dimensão infraestrutura urbana, cuja variável *percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo* é calculado apenas para domicílios urbanos, impossibilitando a desagregação deste indicador e, conseqüentemente, essa dimensão para os domicílios rurais.

Considerando as variáveis disponíveis sobre cor e raça, assim como diversas pesquisas¹⁵ sobre o tema, observa-se que a autoidentificação de cor ou raça não se dá apenas por atributos físicos relacionados à cor da pele, mas também pelo sentimento de pertencimento a um determinado grupo social. Nesse sentido, a pertença racial pode variar, circunstancialmente, ao longo do tempo, denotando relativa fluidez, e, portanto, a captação destes dados nas pesquisas do IBGE pode, inevitavelmente, sofrer alterações de um decênio para outro. Para desagregação do IVS por cor, optou-se pelo foco em duas categorias: brancos e negros. Na categoria negros considerou-se a soma de pretos e pardos. Sendo assim, a soma de brancos e negros não corresponde a 100% da população, visto que indígenas e amarelos não foram classes desagregadas. Para os resultados não desagregados da base, são consideradas também as demais categorias de autoidentificação – indígena e amarela –, assim como os não declarados.

14. No campo normativo, a definição de rural e urbano remonta ao Decreto-Lei nº 311/1938, responsável por regulamentar as unidades administrativas. Independentemente da existência (ou não) de características estruturais (número de habitantes, de eleitores, existência de escolas, hospitais, segurança, entre outros serviços e infraestruturas), a legislação estabeleceu como cidade toda e qualquer sede de circunscrição territorial, assim como uniformizou como vila a sede territorial do distrito. Disto decorreram muitas distorções, as quais limitam, significativamente, a geração de dados e informações sobre essas realidades sociais. Por exemplo, diante de tal legislação, agricultores que moravam na delimitação da sede foram considerados urbanos, muito embora suas atividades e a sua realidade local estejam eminentemente relacionadas ao espaço rural, assim como o inverso também ocorreu. Além disso, o processo de urbanização brasileiro não foi uniforme e tampouco se deu de maneira efetiva em todas as regiões do país. A aplicação dos critérios desta legislação na definição de rural e urbano resultou em distorções nos indicadores socioeconômicos, como o índice de urbanização, bem como na equivocada concepção de rural como resquício do urbano.

15. Para consulta sobre o tema, ver Anjos (2013), Rosa (2011), Osório (2003) e Guimarães (2003).

Como se sabe, ainda hoje, no Brasil, a definição de rural e urbano remete à legislação brasileira de 1938, fundamentada no Decreto-Lei nº 311/1938, que versava sobre a metodologia de cálculo do grau de urbanização. Independentemente de critérios geográficos, estruturais ou sociais, esta legislação define o grau de urbanização pela porcentagem de pessoas residentes em sedes de municípios, vilas ou distrito. Do ponto de vista territorial, esta visão setorializada, na qual toda sede de município, “sejam quais forem suas características demográficas e funcionais”, é considerada cidade, coloca o Brasil, na acepção de Veiga (2002, p. 55), entre os países mais atrasados do mundo.

Basta observar a evolução do número de municípios brasileiros para que possamos ter noção das distorções deste fenômeno. Em 1991, o Brasil tinha 4.491 municípios; em 2000, eram 5.507 e, em 2010, 5.565, correspondendo a uma taxa de crescimento da ordem de 23,9% no período. Entre 2010 e 2017 foram emancipados mais cinco municípios, totalizando, atualmente, 5.570 municipalidades. Os dois menores municípios brasileiros são, de acordo com o censo de 2010 e estimativa populacional de 2016, Borá, em São Paulo, com 805 habitantes, e Serra da Saudade, em Minas Gerais, com 815 habitantes. Em Borá, 77,88% da população residem na área urbana e 22,12%, na rural; ao passo que, em Serra da Saudade, 64,66% residem no urbano e 35,34%, no rural. Como consequência desse processo, temos menos de 10% dos municípios brasileiros com população superior a 20 mil habitantes, sendo que, deste universo, aproximadamente 85% da população residem no meio urbano (IBGE, 2010).

Evidentemente, as distorções não apenas são perceptíveis como os números denotam seu caráter inverossímil. De acordo com o IBGE (2010), aproximadamente 84% da população brasileira vivem em áreas urbanas, classificadas em área urbanizada, área não urbanizada e área urbana isolada. No entanto, os domicílios rurais são aqueles localizados nas áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados. Nessa perspectiva, o rural continua, *a priori*, sendo captado como resquício do urbano. O Brasil rural, na leitura de Veiga (2002), não pode ser definido apenas por aquilo que está fora do perímetro urbano, menos ainda pelas atividades exclusivamente agropecuárias. O rural é, antes de tudo, um modo de vida e, nesse sentido, requer necessariamente uma visão territorial e não setorial.

Com efeito, esses critérios não permitem captar a diversidade do rural e sua relação de complementaridade e interdependência do urbano, tal como citado nas abordagens teóricas mais contemporâneas. Ciente destas inadequações, o IBGE procura a cada recenseamento introduzir variáveis que permitam, em alguma medida, retratar a complexidade da relação rural-urbano, muito embora a área técnica encontre limitações de ordens diversas. No último recenseamento demográfico, em 2010, os setores censitários foram agregados em oito subáreas: três subáreas para a situação urbana e cinco para a situação rural (quadro 2).

Essa categorização se limita a dois itens, rural e urbano, porém, seu aspecto inovador fica por conta da subdivisão dos subespaços municipais dentro e fora dos perímetros urbanos, possibilitando a análise da realidade territorial brasileira de uma forma mais abrangente.

Um intenso e significativo debate tem sido promovido no âmbito acadêmico, resultando em diversos trabalhos científicos sobre o tema. Além disso, pesquisas fomentadas por parcerias institucionais têm contribuído para o debate acerca das particularidades da relação rural-urbano no espaço territorial brasileiro. Pode-se citar como exemplo o amplo e minucioso estudo realizado entre 2012 e 2015, financiado pelo Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), em parceria com pesquisadores de diversas universidades, que resultou em uma proposta de novas tipologias para o rural brasileiro, partindo da sua interface com o urbano.¹⁶ O projeto, intitulado *Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*, foi realizado em duas etapas. A primeira teve como resultado a revisão do estado da arte sobre as diversas concepções da ruralidade na contemporaneidade, partindo da caracterização dos espaços rurais no Brasil e em sete países da América Latina e Europa, bem como o levantamento das abordagens adotadas por distintos organismos internacionais. Este estudo serviu de escopo teórico, analítico e instrumental para a segunda fase da pesquisa, que resultou na construção de tipologias para o espaço rural brasileiro, considerando sua diversidade regional e aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais.

QUADRO 2

Descrição e classificação dos setores censitários do IBGE quanto à situação do domicílio

Código do setor	Classificação do setor	Descrição
Situação urbana		
1	Área urbanizada de cidade ou vila	Áreas legalmente definidas como urbanas e caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana. Áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana.
2	Área não urbanizada de cidade ou vila	Áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.
3	Área urbana isolada	Áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
Situação rural		
4	Aglomerado rural de extensão urbana	Localidade que tem as características definidoras de aglomerado rural e está localizada a menos de um quilômetro de distância da área urbana de uma cidade ou vila. Constitui simples extensão da área urbana legalmente definida.
5	Aglomerado rural isolado – povoado	Localidade rural isolada sem caráter privado ou empresarial, não vinculada a um único proprietário do solo. Caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.
6	Aglomerado rural isolado – núcleo	Localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas etc.).
7	Aglomerado rural isolado – outros aglomerados	Outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.).
8	Zona rural, exclusive aglomerado rural	Área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural.

Fonte: IBGE (2010).

Atento às tendências teórico-reflexivas sobre a complexidade da relação rural-urbano e à crescente demanda da Academia, de gestores públicos e da sociedade em geral acerca do tema, recentemente, o IBGE publicou um estudo sobre classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil.¹⁷ Tomando como premissa o profícuo debate sobre o rural na contemporaneidade, foram apresentadas neste estudo as bases metodológicas e conceituais utilizadas na elaboração de uma tipologia municipal que deverá aprimorar a classificação de rural e urbano no censo demográfico a ser realizado em 2020.

16. Os resultados desta pesquisa estão disponíveis em duas publicações do IICA. A primeira refere-se ao arcabouço teórico reflexivo, disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S5%3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. A segunda apresenta uma tipologia regionalizada dos espaços rurais e está disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2017/03/DRS-22_FINAL.pdf>.

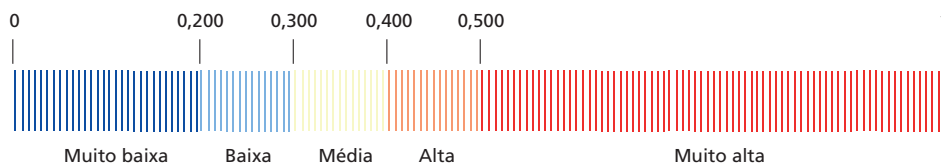
17. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>.

3 O IVS NO BRASIL: RESULTADOS DE 2011 A 2015

O IVS é composto pela média aritmética de dezesseis indicadores divididos em três dimensões – infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho –, as quais compõem o cálculo final do IVS com o mesmo peso. Os valores apresentados pelo índice (figura 2) variam entre 0,000 (menor situação de vulnerabilidade) a 1,000 (máxima situação de vulnerabilidade), e são classificados como muito baixa (valores entre 0,000 e 0,200), baixa (entre 0,201 e 0,300), média (entre 0,301 e 0,400), alta (0,401 e 0,500) e muito alta vulnerabilidade social (entre 0,500 e 1,000).

FIGURA 2

Faixas de vulnerabilidade social



Fonte: Ipea, 2016.

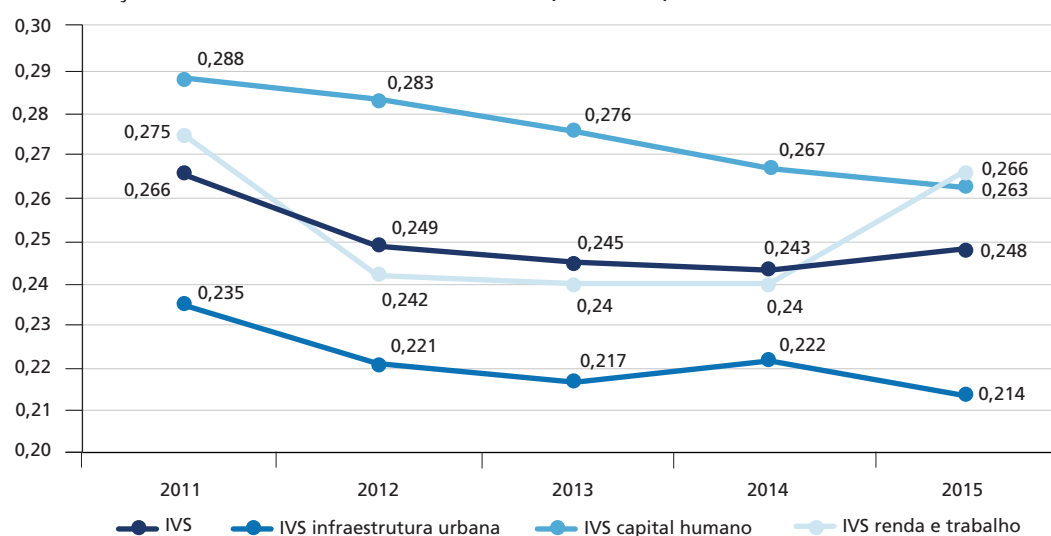
Apesar das diferenças metodológicas existentes entre os dados obtidos pelos censos de 2000 e 2010 e aqueles produzidos pelas Pnads 2011-2015, a comparação dos seus resultados permite observar as tendências atualizadas do IVS e suas dimensões. Dito isto, todas as referências ao período 2000-2010 referem-se aos dados produzidos no âmbito do censo, assim como o período 2011-2015 refere-se àqueles produzidos por meio da Pnad.

No período 2000-2010, a redução do IVS no Brasil foi de -27% e significou a passagem da faixa de alta para média vulnerabilidade social. Ainda que esse avanço tenha sido significativo para o país, um notável desempenho é observado entre 2010 e 2011, com a redução de 18% do IVS, ou seja, passando de 0,326 para 0,266, o que, consequentemente, alterou a posição do Brasil da faixa de média vulnerabilidade social para a baixa em apenas um ano.

A partir de 2011, o Brasil se manteve na faixa de baixa vulnerabilidade social. Entretanto, a redução foi menos expressiva do que a observada na década de 2000. A taxa média de redução anual entre 2011-2015 foi de 1,75%, ao passo que no período 2000-2010 essa taxa foi da ordem de 2,7%. Entre 2011-2015, o IVS do Brasil passou de 0,266 para 0,248, o que caracteriza uma redução de 7%, menos significativa do que a observada em 2000-2010 (27%).

Apesar de mantida a tendência de redução da vulnerabilidade social nos últimos cinco anos analisados, constata-se a perda dessa dinâmica, em comparação ao período anterior. Além disso, a partir de 2014, o IVS não apresentou redução de valores, mas, sim, um aumento de 2%, saindo de 0,243, em 2014, para 0,248, em 2015. Este pequeno aumento de 0,005 pode significar um ponto de inflexão na curva da redução da vulnerabilidade social, como demonstra o gráfico 1.

GRÁFICO 1
Redução do IVS e suas três dimensões no Brasil (2011-2015)



Fonte: Ipea (2017).

3.1 Resultados das dimensões do IVS para o Brasil (2011-2015)

Observando os resultados das dimensões que compõem o IVS para o Brasil (tabela 1), é possível compreender o nível de participação de cada uma na composição do resultado do IVS geral no período analisado. A tendência de evolução das três dimensões para o período 2011-2015 não seguiu o mesmo comportamento registrado para o período 2000-2010. Ao contrário do que ocorreu na década de 2000-2010, em que o IVS renda e trabalho teve a maior participação na diminuição da vulnerabilidade social no país (-34%), no período que corresponde a 2011-2015 essa dimensão registrou dinâmicas distintas ao longo do tempo. Até 2013 observou-se uma redução significativa de 12,7% deste IVS (0,240), em comparação com 2011. Em 2014, ocorreu uma aparente estagnação, e o índice permaneceu em 0,240, e em 2015 é registrado um aumento equivalente a 10,8%, responsável pela piora desse índice. Ainda assim, quando considerado todo o período (2011-2015), a dimensão renda e trabalho apresenta redução da vulnerabilidade igual a -3,3%, todavia, essa é a menor redução entre as três dimensões.

O IVS capital humano registrou a segunda maior redução entre 2011-2015 – 8,7%, ou taxa média de -2,2% ao ano. Isso significa que, mesmo com um leve declínio, se nota a tendência de registros próximos ao observado na década 2000-2010, que foi de -2,8% ao ano. Em termos numéricos, os valores passaram de 0,288, em 2011, para 0,263, em 2015, ambos na faixa da baixa vulnerabilidade social. Por fim, o IVS infraestrutura urbana apresentou a maior participação na redução do IVS geral. Essa redução foi de -9% entre 2011-2015, o que representou uma taxa média de -2,25% ao ano, mais elevada do que a observada entre 2000-2010, igual a -1,6%.

Por meio da tabela 2 é possível visualizar que, entre 2011-2015, tanto o IVS geral quanto as três dimensões que compõem o índice não apresentaram alterações nas faixas de vulnerabilidade social.

TABELA 1
Valores de IVS e variações (2000, 2010, 2011 e 2015)

Brasil	2000 ¹	2010 ¹	2011 ²	2015 ²	Variação 2011-2015 (%)	Variação 2000-2010 (%)
IVS	0,446	0,326	0,266	0,248	-7,00	-27,0
IVS-IU	0,351	0,295	0,235	0,214	-8,94	-16,0
IVS-CH	0,503	0,362	0,288	0,263	-8,68	-28,0
IVS-RT	0,484	0,320	0,275	0,266	-3,27	-33,9

Fonte: Ipea (2017).

Notas: ¹ Base de dados dos censos demográficos.

² Base de dados das Pnads.

Obs.: IVS-IU – IVS infraestrutura urbana; IVS-CH – IVS capital humano; IVS-RT – IVS renda e trabalho.

TABELA 2
Registro dos valores do IVS (2011-2015)

Ano	IVS	IVS-IU	IVS-CH	IVS-RT
2011	0,266	0,235	0,288	0,275
2012	0,249	0,221	0,283	0,242
2013	0,245	0,217	0,276	0,240
2014	0,243	0,222	0,267	0,240
2015	0,248	0,214	0,263	0,266

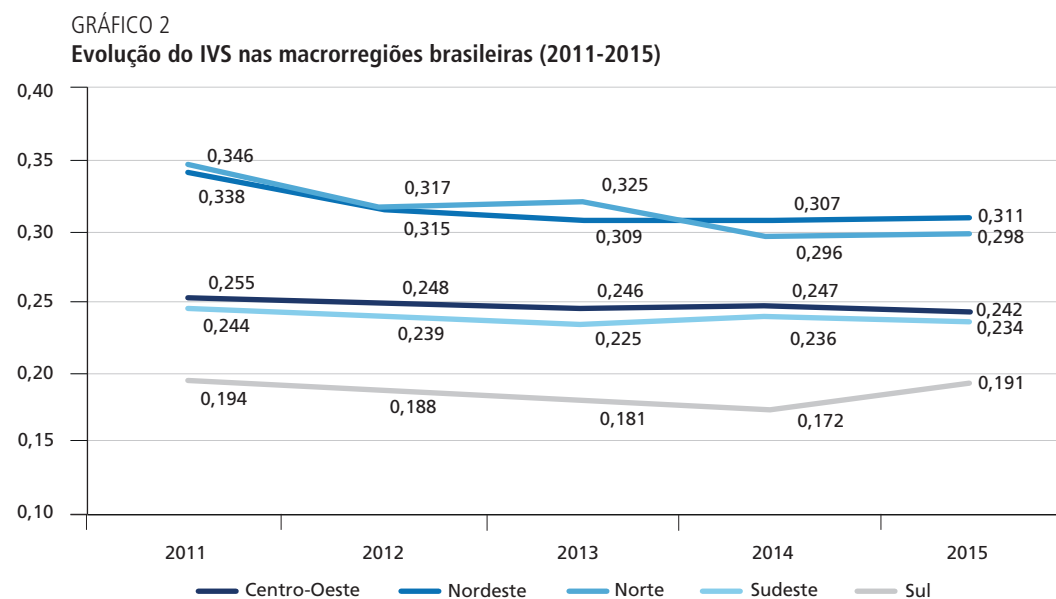
Fonte: Ipea (2017).

4 O IVS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

A taxa de redução da vulnerabilidade social observada na década passada foi superior a 25% em todas as macrorregiões brasileiras, destacando-se o comportamento de redução apresentado pelas regiões Sul (-33%) e Centro-Oeste (-30,6%). No que diz respeito a deslocamentos das regiões nas faixas, nota-se a mudança de muito alta para alta vulnerabilidade social no Norte e no Nordeste; de alta para média no Centro-Oeste e de alta para baixa no Sudeste, enquanto a região Sul manteve-se na faixa do baixo IVS, tanto em 2000 quanto em 2010.

A tendência observada no comportamento do IVS nas macrorregiões brasileiras entre 2011 e 2015 indica que, mesmo com considerável diminuição na evolução percentual anual, a redução da vulnerabilidade social continuou acontecendo e foi mais significativa na macrorregião Norte (-14%) e menos relevante na macrorregião Sul (-2%). Mesmo com o baixo desempenho apresentado no período, sobretudo na região Sul, não houve aumento da vulnerabilidade social em nenhuma macrorregião do país. O gráfico 2 mostra o comportamento do IVS nas cinco macrorregiões entre 2011 e 2015.

Percebe-se que, entre os anos analisados, o padrão de desempenho na redução da vulnerabilidade social não foi linear, ou seja, entre 2011 e 2015 houve oscilação no comportamento do IVS em todas as macrorregiões do país. Nordeste e Sul apresentaram redução contínua até 2014 e reversão da tendência em 2015. Sudeste e Centro-Oeste registraram queda do índice até 2013, aumento em 2014 e uma ligeira melhora em 2015. No caso do Sudeste, essa melhora não atingiu o patamar registrado em 2013. O Norte tem maior oscilação no período, tal como um efeito gangorra, com redução do índice até 2012, aumento em 2013, novamente redução em 2014 e um pequeno aumento em 2015.



4.1 As dimensões do IVS nas macrorregiões brasileiras: breves considerações

A tabela 3 mostra que, entre 2011 e 2015, o IVS capital humano apresentou maior redução nas macrorregiões Sul (-17,7%), Sudeste (-11,61%) e Norte (-8%). No Nordeste e no Centro-Oeste, a redução observada foi menos significativa (-4,5% e -6,5%, respectivamente).

TABELA 3
Valores do IVS capital humano nas macrorregiões brasileiras (2011-2015)

Macrorregião	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 2011-2015 (%)
Centro-Oeste	0,260	0,258	0,265	0,250	0,243	-6,54
Nordeste	0,378	0,370	0,370	0,359	0,361	-4,50
Norte	0,379	0,374	0,363	0,339	0,348	-8,18
Sudeste	0,224	0,223	0,212	0,207	0,198	-11,61
Sul	0,243	0,236	0,221	0,210	0,200	-17,70

Fonte: Ipea (2017).

Para os resultados do IVS renda e trabalho, destaca-se a diminuição da vulnerabilidade social registrada nessa dimensão nas regiões Norte e Nordeste, ambas com redução de -10%. Destaca-se também o baixo desempenho da região Centro-Oeste, com redução de 1% entre 2011 e 2015. Esse subíndice apresentou melhor desempenho na maioria de seus indicadores em quase todas as macrorregiões, contudo, houve uma redução na tendência de avanço se comparado ao desempenho da década de 2000, em que o Sul, por exemplo, registrou redução superior a 40%. Entre 2011-2015, a redução da vulnerabilidade social nessa dimensão ocasionou a mudança de faixas do IVS em duas macrorregiões: o Nordeste saiu da faixa de alto para médio IVS e o Sul passou de baixo para muito baixo IVS.

A dimensão infraestrutura urbana registrou valores inferiores a 0,300 nas cinco macrorregiões brasileiras em 2015, apresentando valores entre 0,187 e 0,282, que correspondem às faixas de baixa e muito baixa vulnerabilidade social nessa dimensão. Cabe destacar que a região Sul, apesar de manter-se com os melhores resultados nesta dimensão,

foi a única que apresentou aumento da vulnerabilidade social entre 2011 e 2015 (36%), passando de 0,137 em 2011 para 0,186 em 2015.

TABELA 4
Valores do IVS renda e trabalho nas macrorregiões brasileiras (2011-2015)

Macrorregião	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2011-2015 (%)
Centro-Oeste	0,203	0,189	0,190	0,187	0,201	-1,0
Nordeste	0,402	0,355	0,347	0,342	0,361	-10,2
Norte	0,358	0,322	0,318	0,306	0,323	-9,8
Sudeste	0,212	0,183	0,185	0,191	0,232	9,4
Sul	0,202	0,179	0,171	0,169	0,186	-7,9

Fonte: Ipea (2017).

TABELA 5
Valores do IVS infraestrutura urbana nas macrorregiões brasileiras (2011-2015)

Macrorregião	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2011-2015 (%)
Centro-Oeste	0,301	0,296	0,280	0,303	0,282	-6,3
Nordeste	0,235	0,219	0,209	0,220	0,212	-9,8
Norte	0,302	0,255	0,294	0,243	0,223	-26,2
Sudeste	0,294	0,311	0,279	0,308	0,273	-7,1
Sul	0,137	0,148	0,152	0,136	0,186	35,8

Fonte: Ipea (2017).

5 O IVS NAS RMs

O IVS calculado com base nos indicadores da Pnad para 2011 a 2015 possui informações para nove RMs e para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF).¹⁸ Os resultados do IVS apresentados para essas áreas não apresentam o mesmo comportamento na redução da vulnerabilidade social daquele observado entre 2000-2010, quando todas as RMs e Ride/DF registraram diminuição da vulnerabilidade social em patamares superiores a 22%. Observa-se no gráfico 3 que, para o conjunto de RMs, na série histórica 2011-2015, o indicador oscila sem um padrão aparente.

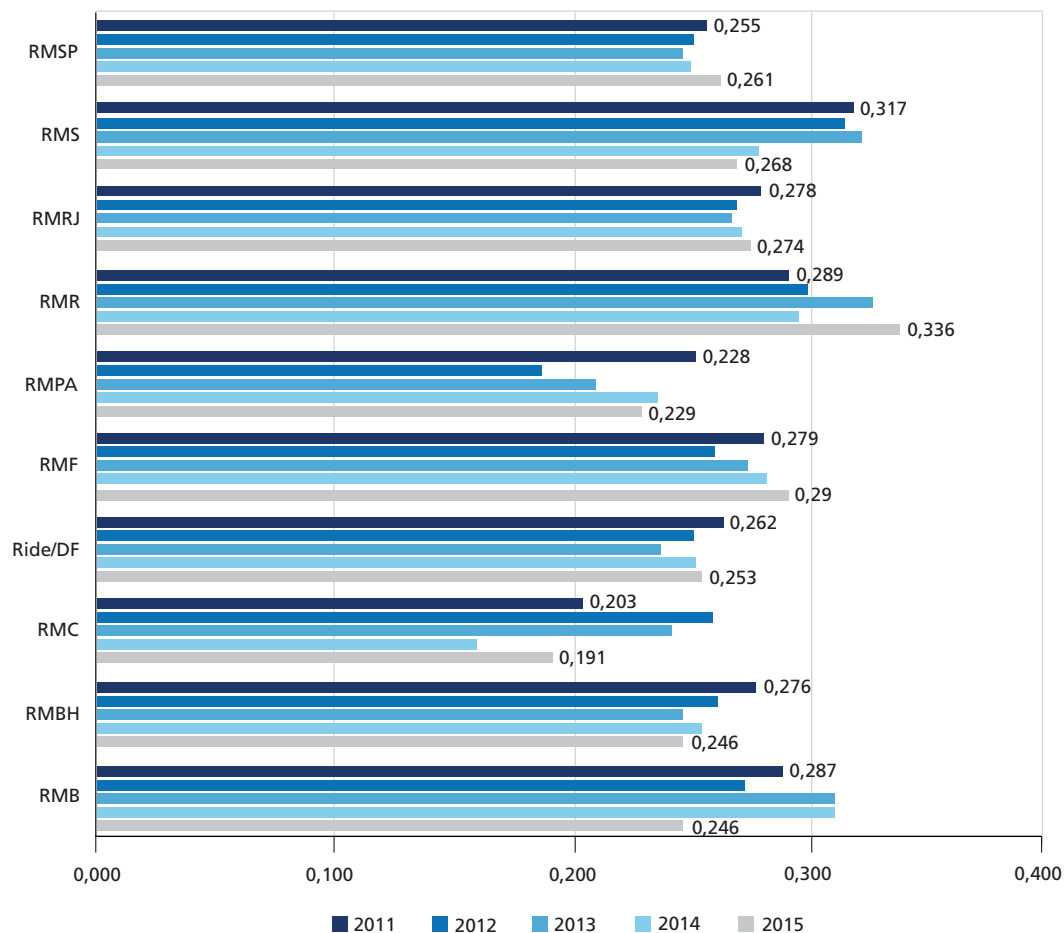
Quatro RMs tiveram aumento da vulnerabilidade social ao final do período (2015): Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo e Recife. O destaque fica por conta de Recife, que, no período 2000-2010, havia reduzido a vulnerabilidade social em -24%, e em 2015 registrou ampliação de 16% no indicador da RM. As outras cinco RMs e a Ride/DF tiveram, ainda que em baixas proporções, a redução da situação de vulnerabilidade social entre 2011-2015, com destaque para a RM de Salvador (-15,5%) e para a RM de Belo Horizonte (-10,5%).

Na comparação com 2000 e 2010, Fortaleza havia registrado a maior redução entre as nove RMs (-28%), e nos anos subsequentes a RM apresentou um aumento de 4% no índice. Salvador (-15,5%), Belém (-14%) e Belo Horizonte (-11%) foram as únicas RMs a registrarem redução acima de 10% entre 2011 e 2015. Juntamente com Fortaleza, os destaques negativos desta avaliação foram apresentados por Recife, com o crescimento da vulnerabilidade social em 16%, e São Paulo e Porto Alegre tiveram aumento de 2%

18. Além da Ride/DF, as RMs contempladas pelas Pnads são: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Região Metropolitana de Recife (RMR), Região Metropolitana de Rio de Janeiro (RMRJ), Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

e 0,4%, respectivamente. A tabela 6 mostra as diferenças na proporção da redução da vulnerabilidade social nas RMs em ambas as séries históricas. As RMs que em 2010 ainda se encontravam na faixa média chegaram, em 2015, à faixa da baixa vulnerabilidade social.

GRÁFICO 3
Evolução do IVS nas RMs (2011-2015)



Fonte: Ipea (2017).

TABELA 6
Faixas e redução do IVS nas RMs (2000-2010 e 2011-2015)

RM	Redução entre 2000-2010 (%)	Faixas IVS		Redução entre 2011-2015 (%)
		2010 ¹	2015 ²	
RMB	23	Médio IVS	Baixo IVS	14,3
RMBH	28	Médio IVS	Baixo IVS	10,9
RMC	27	Baixo IVS	Baixo IVS	5,9
Ride/DF	26	Médio IVS	Baixo IVS	3,4
RMF	28	Médio IVS	Baixo IVS	-3,9
RMPA	24	Baixo IVS	Baixo IVS	-0,4
RMR	24	Médio IVS	Baixo IVS	-16,3
RMRJ	22	Médio IVS	Baixo IVS	1,4
RMS	23	Médio IVS	Baixo IVS	15,5
RMSP	23	Baixo IVS	Baixo IVS	-2,4

Fonte: Ipea (2015a; 2017).

Notas: ¹ Base de dados dos censos demográficos.

² Base de dados das Pnads.

Legenda: Médio IVS; Baixo IVS.

5.1 As dimensões do IVS nas RMs brasileiras (2011-2015)

No que concerne aos resultados apresentados para as dimensões do IVS, destaca-se a redução do IVS capital humano nas RMs de Curitiba (-25%), Porto Alegre (-23%) e Ride/DF (-21%). Nesta dimensão, apenas Recife apresentou estagnação em seus valores. O IVS renda e trabalho apresentou redução apenas em Curitiba (-8%) e Salvador (-5%). O grande destaque é a piora dos indicadores que compõem esta dimensão em oito RMs analisadas. São Paulo apresentou crescimento de 22% na vulnerabilidade social deste subíndice, seguida por Belo Horizonte (20%) e Porto Alegre (13%). Na análise feita para o intervalo entre 2000 e 2010, a porcentagem de diminuição dos valores apresentados por essas RMs variou entre -24% a -48%.

A dimensão infraestrutura urbana, por sua vez, apresentou resultados menos significativos na redução de seus valores entre 2000 e 2010, sendo a dimensão que menos contribuiu para a redução do IVS geral. Ao analisar os anos seguintes, percebe-se que entre 2011 e 2015 a tendência de redução se manteve em quatro RMs, com destaque para Belém e Salvador, ambas com -31%, e Belo Horizonte, com -24%. A exceção, nesse caso, foi São Paulo, que em 2015 se manteve com o mesmo valor apresentado em 2011 (0,403). Contudo, Recife (43%), Curitiba (19%), Fortaleza (18%) e Porto Alegre (15%) registraram piora significativa nos indicadores que compõem esta dimensão.

TABELA 7
RMs: IVS e redução do IVS por dimensões (2011 e 2015)

RM	IVS geral			IVS infraestrutura urbana			IVS capital humano			IVS renda e trabalho		
	2011	2015	Variação (%)	2011	2015	Variação (%)	2011	2015	Variação (%)	2011	2015	Variação (%)
Brasil	0,266	0,248	-6,8	0,235	0,214	-8,9	0,288	0,263	-8,7	0,275	0,266	-3,3
RMB	0,287	0,246	-14,3	0,305	0,211	-30,8	0,268	0,235	-12,3	0,287	0,290	1,0
RMBH	0,276	0,246	-10,9	0,389	0,297	-23,7	0,241	0,204	-15,4	0,197	0,237	20,3
RMC	0,203	0,191	-5,9	0,209	0,248	18,7	0,234	0,175	-25,2	0,166	0,152	-8,4
Ride/DF	0,262	0,253	-3,4	0,385	0,401	4,2	0,229	0,181	-21,0	0,173	0,177	2,3
RMF	0,279	0,290	3,9	0,273	0,321	17,6	0,298	0,276	-7,4	0,267	0,273	2,2
RMPA	0,228	0,229	0,4	0,257	0,296	15,2	0,261	0,201	-23,0	0,167	0,189	13,2
RMR	0,289	0,336	16,3	0,272	0,388	42,6	0,279	0,278	-0,4	0,317	0,343	8,2
RMRJ	0,278	0,274	-1,4	0,418	0,410	-1,9	0,211	0,187	-11,4	0,206	0,225	9,2
RMS	0,317	0,268	-15,5	0,385	0,264	-31,4	0,252	0,240	-4,8	0,313	0,298	-4,8
RMSP	0,255	0,261	2,4	0,403	0,403	0,0	0,185	0,166	-10,3	0,175	0,213	21,7

Fonte: Ipea (2017).

6 O IVS DESAGREGADO POR COR, SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO BRASIL E MACRORREGIÕES

Com o propósito de fornecer informações que possibilitem o entendimento das diferentes manifestações de desigualdades expressas na sociedade brasileira, a nova plataforma do IVS permite compreender melhor a dimensão da vulnerabilidade social do Brasil, possibilitando aos usuários consultas desagregadas por sexo, cor e situação de domicílio.

Em 2015, o Brasil encontrava-se na faixa de baixa vulnerabilidade social. Isso significa que, em termos agregados, no período de 2000 a 2015, o país deixou de apresentar valores que o caracterizavam como um território de alta vulnerabilidade social. No entanto, mesmo com significativos avanços, ao desagregarmos estas informações podemos observar as desigualdades latentes entre negros e brancos, mulheres e homens ou indivíduos que

residem em áreas rurais ou urbanas, denotando as diferentes faces das desigualdades para distintos extratos da nossa sociedade.

6.1 Resultados do IVS desagregado para o Brasil

Um dos aspectos importantes para a compreensão da incidência da vulnerabilidade social de um cidadão que nasce no Brasil está intimamente condicionado à cor de sua pele. Embora reconheçamos a extensa e diversa literatura sobre cor e, por sua vez, raça, as informações desta desagregação dão importantes subsídios para reflexão sobre as desigualdades entre negros e brancos.

Os dados disponíveis na tabela 8 mostram que, em 2000, a vulnerabilidade social de pessoas negras era 49% maior que de pessoas brancas, e essa diferença continua alta em 2010: 48%. Em números absolutos, os resultados evidenciam que a desigualdade de cor continua significativa, ou seja, os dez anos de referência não foram suficientes para minimizá-la ou reduzi-la significativamente.

TABELA 8
Brasil: IVS e dimensões por desagregação de cor

Índice e dimensões	2000 ¹		2010 ¹		2011 ²		2015 ²	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
IVS	0,364	0,541	0,255	0,377	0,214	0,310	0,206	0,283
IVS infraestrutura urbana	0,285	0,423	0,251	0,330	0,197	0,261	0,212	0,222
IVS capital humano	0,403	0,612	0,266	0,414	0,228	0,340	0,199	0,312
IVS renda e trabalho	0,403	0,588	0,248	0,387	0,215	0,330	0,209	0,314

Fonte: Ipea (2017).

Notas: ¹ Base de dados dos censos demográficos.

² Base de dados das Pnads.

No que diz respeito às dimensões do IVS, a que apresentou valores com maior diferença entre negros(as) e brancos(as) em 2000 foi IVS capital humano (52%). Em 2010, se considerarmos as dimensões capital humano e renda e trabalho, este valor é ainda mais significativo e reforça a desigualdade em torno de 56%. Vale destacar que a dimensão infraestrutura urbana foi a única a apresentar redução na desigualdade: em 2000, representava 48%, e em 2010 passou para 31%.

Em 2011, a diferença entre o IVS de negros e de brancos continuou acima dos 45% (tabela 8). No entanto, a redução da vulnerabilidade social dos negros entre 2011 e 2015 fez com que, pela primeira vez, a população negra ocupasse a mesma faixa que a população branca, ambas na faixa de baixa vulnerabilidade social, ainda que com uma diferença substancial entre elas (37%).

Seguindo a mesma tendência da década anterior, as maiores diferenças continuam na dimensão capital humano, com leve redução da vulnerabilidade social em 2011 (49%) e novo crescimento em 2015 (57%). A dimensão renda e trabalho, por sua vez, cresce 50%. A menor disparidade entre negros e brancos é observada novamente na dimensão infraestrutura urbana, na qual a diferença passou a ser de 5%.

Em consequência da estrutura de composição dos indicadores que formam o IVS, alguns valores não estão disponíveis para todos os níveis de desagregações. Por isso, é apresentada aqui uma análise dos resultados em forma de cruzamentos, permitindo o entendimento aprofundado das diferenças entre as desagregações disponíveis.

A tabela 9 mostra os valores e níveis de desagregações disponíveis no IVS. Para a análise da desagregação, optou-se por observar o comportamento dos resultados nas dimensões do IVS para mulheres (negras e brancas) e homens (negros e brancos) por situação de domicílio. Com isso, observa-se que, em 2000, a maior diferença entre mulheres brancas e negras no urbano está na dimensão capital humano, com 51%. Em 2010, essa diferença aumenta para 53%, quando a maior disparidade passa a ser dimensão renda e trabalho, com 56%.

No rural, a situação de vulnerabilidade social da mulher negra é mais expressiva. Todavia, se considerarmos a diferença entre negras e brancas, tanto no urbano quanto no rural constata-se uma desigualdade menor.

TABELA 9
Brasil: valores do IVS e dimensões por desagregação (2000-2010)

	IVS				IVS infraestrutura urbana				IVS capital humano				IVS renda e trabalho			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Mulher negra	0,509	0,358	–	–	0,401	0,305	–	–	0,566	0,381	0,848	0,632	0,559	0,388	0,707	0,580
Mulher branca	0,358	0,249	–	–	0,280	0,249	–	–	0,376	0,249	0,669	0,469	0,419	0,248	0,581	0,439
Homem negro	–	–	–	–	0,449	0,349	–	–	–	–	–	–	0,514	0,305	0,691	0,566
Homem branco	–	–	–	–	0,316	0,285	–	–	–	–	–	–	0,335	0,197	0,558	0,438

Fonte: Ipea (2017).

Acompanhando a mesma tendência verificada nos índices do meio urbano, em 2000, a maior diferença no meio rural estava na dimensão capital humano, em que mulheres negras apresentavam vulnerabilidade social 27% superior à verificada para mulheres brancas. Em 2010, o registro de maior diferença aparece na dimensão renda e trabalho entre mulheres rurais, em que o valor desta dimensão é 32% superior em relação às mulheres negras.

Em 2015, a diferença entre mulheres brancas e negras que residem em áreas urbanas aumentou para 59% na dimensão capital humano. Entre as mulheres negras e brancas que residem em áreas rurais, a diferença continua menor do que a de mulheres brancas e negras em situação de domicílio urbano, porém, houve um leve aumento dessa diferença, registrando 35% em 2015. Para a dimensão renda e trabalho, a taxa de desigualdade entre mulheres negras e brancas no urbano teve pouca redução, mas se manteve acima de 50%, e essa diferença caiu para 29% entre mulheres negras e brancas no rural em 2015. Destaca-se a redução da vulnerabilidade social observada na dimensão infraestrutura urbana entre 2000 e 2015, pois neste período a diferença entre mulheres negras e brancas passou de 40% para 0,4% em 2015.

Entre os homens, na análise para o período de 2000 a 2010, as comparações mostram que a maior diferença registrada entre negros e brancos residentes em áreas urbanas foi na dimensão renda e trabalho, representando 53% em 2000. Esta diferença ao longo dos anos seguintes, entre 2011 e 2015, manteve a tendência acima dos 50%. Ainda em áreas urbanas, destaca-se a redução da desigualdade na dimensão infraestrutura urbana, quando em 2000 a disparidade entre homens negros e homens brancos era de 42%, caindo para 4% em 2015.

Nas áreas urbanas, destacam-se os cruzamentos dos resultados para mulheres negras e homens brancos. Esta análise permite a avaliação da disparidade entre diferentes grupos sociais no Brasil, evidenciando a necessidade que o país tem em avançar na diminuição

das desigualdades entre negros e brancos, bem como entre homens e mulheres. Em 2000, a maior diferença observada na comparação entre mulheres negras e homens brancos residentes em áreas urbanas estava na dimensão renda e trabalho – igual a 40%, disparidade que aumenta em 2015 para 46%.

6.2 IVS desagregado nas macrorregiões brasileiras

Por sua grande extensão territorial, o Brasil possui características regionais distintas que são expressas em manifestações particulares da vulnerabilidade social em cada macrorregião do país. O IVS das macrorregiões brasileiras traduz as grandes diferenças nas condições de vida de quem vive em cada uma delas.

Os resultados para o IVS em 2000 e 2010, apresentados na tabela 10, permitem observar que a maior incidência de pessoas nas faixas de muito alta vulnerabilidade social na dimensão capital humano é registrada em mulheres, sobretudo negras que residem em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste. Em 2000, a maior diferença na dimensão capital humano estava entre mulheres negras rurais da região Nordeste e mulheres brancas rurais residentes na região Sul (40%). Apesar da diminuição nos resultados desta dimensão em todas as regiões, a diferença aumenta para 50% em 2010. Na dimensão infraestrutura urbana, a maior disparidade é encontrada entre mulheres negras do Norte e mulheres brancas do Sul: igual a 67% em 2000 e a 52% em 2010.

Para os anos que correspondem ao período entre 2011 e 2015 (tabela 11), é possível observar que as macrorregiões brasileiras mantiveram a tendência de redução da vulnerabilidade social no IVS capital humano, embora deva-se destacar que mulheres negras residentes em áreas rurais no Nordeste nunca saíram da faixa de muito alta vulnerabilidade social. A maior diferença continua nesta dimensão, na comparação entre mulheres negras rurais do norte do país e as mulheres brancas rurais no Sul, pois este valor continua em 52%.

Da análise para os resultados observados para homens, ressalta-se que a maior diferença está na dimensão infraestrutura urbana em 2000, na qual homens negros da região Norte apresentam 65% maior vulnerabilidade social em comparação a homens brancos moradores da região Sul, e em 2010 esta diferença reduz para 51%. Na dimensão renda e trabalho, em áreas urbanas, a disparidade entre homens negros da região Nordeste com relação a homens brancos da região Sul é de 51%, diferença que aumenta para 60% em 2010.

Para os anos analisados com base nas Pnads (2011-2015), o destaque não está exclusivamente nas diferenças percentuais, mas no desempenho dos resultados do IVS renda e trabalho nas áreas rurais do Centro-Oeste, onde, em 2015, todos os grupos encontravam-se entre as faixas de muito baixa e baixa vulnerabilidade social. Nessa mesma dimensão, observa-se que na região Sudeste, analisando exclusivamente os resultados para as áreas urbanas, houve o aumento dos valores para todos os grupos em 2015. Na dimensão infraestrutura urbana, com exceção das mulheres negras, todos os grupos apresentaram valores superiores de vulnerabilidade social na região Sul.

TABELA 10
Valores do IVS e dimensões por desagregação e macrorregiões (2000 e 2010)

	IVS						IVS infraestrutura urbana						IVS capital humano						IVS renda e trabalho					
	Urbano			Rural			Urbano			Rural			Urbano			Rural			Urbano			Rural		
	2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010	
Norte	Mulher negra	0,571	0,392	-	-	0,533	0,332	-	-	0,614	0,424	0,887	0,719	0,566	0,418	0,659	0,613							
	Mulher branca	0,463	0,319	-	-	0,419	0,287	-	-	0,486	0,337	0,842	0,639	0,482	0,333	0,608	0,549							
	Homem negro	-	-	-	-	0,611	0,401	-	-	-	-	-	-	0,527	0,343	0,662	0,604							
	Homem branco	-	-	-	-	0,474	0,338	-	-	-	-	-	-	0,412	0,278	0,606	0,557							
	Mulher negra	0,547	0,392	-	-	0,395	0,263	-	-	0,610	0,433	0,853	0,643	0,636	0,481	0,741	0,618							
Nordeste	Mulher branca	0,436	0,306	-	-	0,299	0,209	-	-	0,467	0,336	0,774	0,572	0,541	0,375	0,712	0,579							
	Homem negro	-	-	-	-	0,450	0,313	-	-	-	-	-	-	0,615	0,404	0,756	0,620							
	Homem branco	-	-	-	-	0,344	0,252	-	-	-	-	-	-	0,484	0,325	0,728	0,588							
	Mulher negra	0,495	0,330	-	-	0,429	0,334	-	-	0,542	0,347	0,793	0,540	0,515	0,309	0,593	0,434							
	Mulher branca	0,376	0,254	-	-	0,328	0,283	-	-	0,396	0,244	0,654	0,439	0,405	0,236	0,490	0,354							
Centro-Oeste	Homem negro	-	-	-	-	0,467	0,366	-	-	-	-	-	-	0,439	0,243	0,505	0,393							
	Homem branco	-	-	-	-	0,368	0,318	-	-	-	-	-	-	0,331	0,193	0,436	0,349							
	Mulher negra	0,483	0,355	-	-	0,439	0,401	-	-	0,512	0,331	0,745	0,537	0,497	0,334	0,664	0,485							
	Mulher branca	0,363	0,263	-	-	0,355	0,343	-	-	0,337	0,218	0,614	0,406	0,395	0,227	0,547	0,369							
	Homem negro	-	-	-	-	0,460	0,420	-	-	-	-	-	-	0,444	0,244	0,563	0,429							
Sudeste	Homem branco	-	-	-	-	0,390	0,377	-	-	-	-	-	-	0,306	0,172	0,458	0,338							
	Mulher negra	0,464	0,299	-	-	0,260	0,219	-	-	0,595	0,374	0,766	0,515	0,537	0,306	0,634	0,444							
	Mulher branca	0,312	0,202	-	-	0,176	0,160	-	-	0,379	0,241	0,532	0,362	0,380	0,205	0,505	0,360							
	Homem negro	-	-	-	-	0,276	0,233	-	-	-	-	-	-	0,460	0,229	0,598	0,420							
	Homem branco	-	-	-	-	0,213	0,195	-	-	-	-	-	-	0,302	0,160	0,502	0,369							

Fonte: Ipea (2017).

TABELA 11
Valores do IVS e dimensões por desagregação e macrorregiões (2011 e 2015)

	IVS						IVS infraestrutura urbana						IVS capital humano						IVS renda e trabalho					
	Urbano			Rural			Urbano			Rural			Urbano			Rural			Urbano			Rural		
	2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015	
Norte	Mulher negra	0,317	0,303	-	-		0,223	0,206	-	-		0,372	0,347	0,527	0,486	0,357	0,355	0,454	0,368					
	Mulher branca	0,238	0,225	-	-		0,113	0,126	-	-		0,304	0,261	0,518	0,403	0,299	0,287	0,413	0,335					
	Homem negro	-	-	-	-		0,309	0,230	-	-		-	-	-	-	0,302	0,280	0,528	0,439					
	Homem branco	-	-	-	-		0,268	0,213	-	-		-	-	-	-	0,235	0,210	0,485	0,387					
Nordeste	Mulher negra	0,324	0,303	-	-		0,182	0,175	-	-		0,376	0,350	0,523	0,501	0,414	0,385	0,489	0,407					
	Mulher branca	0,258	0,239	-	-		0,152	0,156	-	-		0,288	0,265	0,509	0,486	0,334	0,297	0,449	0,378					
	Homem negro	-	-	-	-		0,239	0,199	-	-		-	-	-	-	0,347	0,329	0,552	0,448					
	Homem branco	-	-	-	-		0,185	0,210	-	-		-	-	-	-	0,284	0,283	0,528	0,422					
Centro-Oeste	Mulher negra	0,279	0,277	-	-		0,289	0,316	-	-		0,296	0,267	0,411	0,348	0,254	0,247	0,261	0,241					
	Mulher branca	0,225	0,263	-	-		0,273	0,404	-	-		0,214	0,197	0,344	0,318	0,188	0,189	0,253	0,156					
	Homem negro	-	-	-	-		0,355	0,271	-	-		-	-	-	-	0,192	0,197	0,284	0,249					
	Homem branco	-	-	-	-		0,256	0,135	-	-		-	-	-	-	0,150	0,144	0,264	0,249					
Sudeste	Mulher negra	0,289	0,283	-	-		0,316	0,313	-	-		0,271	0,238	0,404	0,370	0,281	0,298	0,434	0,366					
	Mulher branca	0,219	0,224	-	-		0,270	0,307	-	-		0,186	0,157	0,324	0,273	0,201	0,209	0,284	0,277					
	Homem negro	-	-	-	-		0,329	0,291	-	-		-	-	-	-	0,208	0,241	0,419	0,345					
	Homem branco	-	-	-	-		0,274	0,275	-	-		-	-	-	-	0,142	0,168	0,306	0,290					
Sul	Mulher negra	0,262	0,224	-	-		0,180	0,129	-	-		0,341	0,270	0,416	0,412	0,267	0,274	0,370	0,266					
	Mulher branca	0,165	0,165	-	-		0,100	0,141	-	-		0,215	0,174	0,295	0,240	0,180	0,181	0,272	0,247					
	Homem negro	-	-	-	-		0,193	0,242	-	-		-	-	-	-	0,209	0,204	0,389	0,296					
	Homem branco	-	-	-	-		0,113	0,164	-	-		-	-	-	-	0,150	0,140	0,340	0,203					

Fonte: Ipea (2017).

7 CONCLUSÕES

A complexidade dos dados referidos no IVS extrapola as usuais percepções da vulnerabilidade associada à insuficiência de renda, de ativos, de bem-estar ou de qualidade de vida. A vulnerabilidade social aqui é investigada a partir de aspectos multidimensionais decorrentes de processos mais amplos que informam e dão contornos às desigualdades sociais no Brasil. As informações disponibilizadas no AVS permitem análises reflexivas sobre a capacidade (ou não) do Estado de promover um conjunto de instrumentos e políticas públicas capazes de prover aos cidadãos os mais diversos acessos que reduzam ou minimizem os efeitos das conhecidas falhas na oferta de bens e serviços.

Nessa perspectiva, embora registremos importantes e significativos avanços na comparação das análises decenais do IVS e suas dimensões dos censos de 2000 e 2010, ao focarmos o olhar nos dados das Pnads 2011 a 2015 observa-se uma queda na velocidade de redução da vulnerabilidade social do Brasil, com destaque para o aumento do índice de 2014 para 2015 na ordem de 2% (de 0,243 em 2014 para 0,248 em 2015). Embora pequeno em termos absolutos, esse aumento pode representar um ponto de inflexão na observada queda da vulnerabilidade social registrada entre 2011 e 2014. Entre as três dimensões do IVS, a infraestrutura urbana representou maior participação na redução da vulnerabilidade, com taxa média anual de 2,25%. Evidentemente, é preciso considerar as diferentes metodologias envolvendo as duas pesquisas para não incorrermos na equivocada comparabilidade dos dados. Entretanto, o comportamento dos índices registrados nestes cinco anos das Pnads permite a análise de tendências para o próximo ciclo decenal.

Reduzir as desigualdades regionais brasileiras tem sido um objetivo recorrente na proposição e implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas às regiões menos dinâmicas do país, e resultou na construção de uma agenda de fortalecimento gradativo e sistemático das economias regionais, possibilitando a desconcentração da produção e, conseqüentemente, as inversões produtivas nas regiões menos desenvolvidas. Vale destacar que o escopo dessa agenda de desenvolvimento envolveu uma diversidade de políticas públicas comprometidas com a ampliação das capacidades humanas no que se refere à qualidade de vida, ao bem-estar e a acessos dos mais diversos. Se do ponto de vista econômico, no período de 2000-2010, isto resultou no aumento da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na composição do produto nacional, no âmbito geral, estas ações resultaram na redução da vulnerabilidade social entre as cinco macrorregiões brasileiras.

A região Norte apresentou a queda mais acentuada no índice entre 2011 e 2015, em contraste com a região Sul, que apresentou o menor desempenho na redução da vulnerabilidade social. Provavelmente, este comportamento pode estar relacionado ao conjunto de políticas públicas que possibilitaram acessos mais diversos às populações do Norte, desde os logísticos, fundamentalmente relacionados às vias de comunicação e transporte, a acessos a ativos e direitos diversos. Considerando a sua localização, o perfil da sua população e as conhecidas carências de seus habitantes, é natural que o impacto da ação pública seja mais intenso nesta região, ao passo que, na região Sul, historicamente considerada mais desenvolvida e com melhores índices de desenvolvimento humano, os efeitos da ação pública passam a ser menos perceptíveis.

Entre as RMs analisadas, quatro apresentaram um aumento do IVS entre 2011 e 2015: Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo e Recife. O caso mais emblemático é a RM de Recife, que no período entre censos tinha registrado a redução da vulnerabilidade social (-24%), e apenas em 2015 registrou a ampliação do índice (em torno de 16%). Isso demonstra que, embora no cômputo geral tenhamos a redução gradativa da vulnerabilidade, ao focarmos o olhar para

territórios historicamente desiguais, o comportamento do índice pode apresentar variações de ordens diversas. Além disso, destaca-se o fato de que, entre as nove RMs analisadas e a Ride/DF, oito apresentaram aumento de valor para a dimensão renda e trabalho, o que sugere o agravamento nas condições de rendimento e de trabalho nessas regiões entre 2011 e 2015.

Se nas escalas territoriais (Brasil, macrorregião, UF, RM e municípios) os efeitos das ações afirmativas e políticas inclusivas são diferentes e com intensidades distintas, na análise das desagregações, entre 2000 e 2010, estes efeitos são ainda mais lentos. Neste período, as desigualdades entre brancos e negros pouco se alterou, diferença essa que continuou alta entre 2011 e 2015. Tanto entre 2000 e 2010 quanto entre 2011 e 2015 a dimensão que refletiu as maiores diferenças para cor foi a capital humano. No cruzamento entre cor, sexo e situação de domicílio, foi possível perceber que o Brasil ainda expõe uma desigualdade significativa entre homens e mulheres, sobretudo quando a comparação considera também a cor como uma dimensão analítica. As maiores diferenças se mostram na comparação entre homens brancos e mulheres negras, tanto em ambientes urbanos quanto em rurais, principalmente na comparação entre homens brancos residentes em espaços urbanos e mulheres negras residentes em espaços rurais. Em um breve exercício de análise cruzada, os piores resultados de vulnerabilidade social se mostram para mulheres negras residentes em áreas rurais situadas nas regiões Norte e Nordeste.

Apesar dos avanços nos indicadores mais gerais, esses dados denotam os persistentes padrões das desigualdades sociais – a cor da pele, o sexo e a situação de domicílio – como importantes variáveis para análise reflexiva sobre a reprodução de um sistema de exclusão social de grupos historicamente subalternizados, sendo eles uma das faces das desigualdades a serem superadas. No entanto, os avanços aqui registrados também informam a relevância da ação pública na condução de ações que promovam a equidade e a justiça social mediante a criação e implementação de instrumentos e políticas públicas que possibilitem a redução sistemática das disparidades existentes nos distintos estratos do tecido social de nosso país. É preciso considerar, *a priori*, a importância da promoção de políticas públicas que considere a diversidade regional, as especificidades dos distintos grupos sociais e as históricas lutas pela igualdade de oportunidade e de respeito à vida.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, G. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- CLOSS, V. E.; SCHWANKE, C. H. A. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. **Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, p. 443-458, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpg/v15n3/v15n3a06.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- CORTEZ, B. F.; MOREIRA, G. G.; FERNANDES, M. V. M. Descrição e avaliação do processo de imputação nos quesitos de fecundidade da Pnad 2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: Abep, 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2414/2368>>. Acesso em: 8 ago. 2017.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015a.

_____. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015b.

OSÓRIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 996). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4212>.

ROCHA, S. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 205-224, jul./dez. 2003.

ROSA, W. Sexo e cor/raça como categorias de controle social: uma abordagem sobre desigualdades socioeconômicas a partir de dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – terceira edição. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

SOUZA, P. H. G. F. **A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre censos, Pnads e POFs**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1832).

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

_____. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 21). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 22). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2017/03/DRS-22_FINAL.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; SAGI – SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Questões metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000**. Brasília: MDS, Sagi, 2014. (Estudo Técnico, n. 8).

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: Pnud, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/publication/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lara Alves dos Santos Ferreira de Souza

Mariana Silva de Lima

Rava Caldeira de Andrade Vieira

Vivian Barros Volotão Santos

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha (estagiária)

Lorena de Sant’Anna Fontoura Vale (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Mayana Mendes de Mattos (estagiária)

Vinícius Arruda de Souza (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant’ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

